

**ANDC**

MICROCRÉDITO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE DIREITO AO CRÉDITO

*F. C. d. l.*  
*dy*

**ANDC**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS**  
**2016**

Aprovado em Assembleia-Geral de 27 de março de 2017

## ÍNDICE

Pág.

  
F. C. D. I.  


<b>I. INTRODUÇÃO</b>	1
<b>II. ORGANIZAÇÃO</b>	3
1. RECURSOS E ORGANIZAÇÃO INTERNA	3
2. ÓRGÃOS SOCIAIS	5
3. ASSOCIADOS	5
4. PARCERIAS	5
5. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	6
6. COMUNICAÇÃO	7
7. COMISSÕES DE CRÉDITO	9
8. TÉCNICOS DE MICROCRÉDITO	9
9. VOLUNTÁRIOS	10
<b>III. ATIVIDADE OPERACIONAL</b>	
1. CANDIDATURAS RECEBIDAS	10
2. PROJETOS APRESENTADOS ÀS COMISSÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS CONCLUÍDOS	12
3. DIVULGAÇÃO PELOS TÉCNICOS DE MICROCRÉDITO	13
4. BANCOS	14
<b>IV. PROCURA DE NOVOS CAMINHOS</b>	
1. APROFUNDAMENTO DA REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA ANDC	14
2. PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	15
3. EXPLORAÇÃO DE NOVAS FONTES DE SUSTENTABILIDADE	16
<b>V. CONTAS</b>	16
<b>VI. NOTAS FINAIS</b>	18

*[Handwritten signature]*  
 F. Cadil  
*[Handwritten initials]*

## I. INTRODUÇÃO

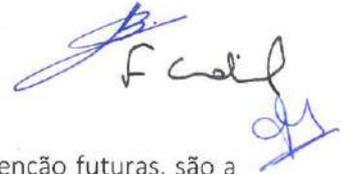
O ano de 2016 foi claramente um ano atípico e inesperado, sendo dividido em dois períodos distintos, correspondentes ao 1º e 2º semestre. Depois de ter sido assumida pelo IEFP em final de 2015 a celebração de um novo Acordo de Cooperação para o triénio seguinte, ao iniciar-se o ano de 2016 nada faria prever que o cenário fosse aquele com o qual posteriormente a ANDC se viu confrontada. A comunicação pelo IEFP em Junho de 2016 - depois de várias tentativas da nossa parte para romper um longo silêncio sobre o atraso da assinatura do Acordo - do novo entendimento de que, afinal, não tinha condições legais para assinar um novo Acordo fora de um procedimento de contratação pública, que não poderia abrir de imediato, criou um quadro que exigiu medidas imediatas de redução da atividade e preparação das condições formais para o seu eventual encerramento.

Face à interrupção abrupta do financiamento, a principal preocupação foi a tomada de medidas para poder terminar os contratos de trabalho com o respeito integral dos direitos dos trabalhadores, assegurando recursos para a subsistência de uma estrutura mínima que suportasse a recuperação e reestruturação da Associação. Com efeito, num primeiro momento tornava-se imperioso terminar todos os contratos de trabalho, à exceção dos que foram entendidos como a estrutura mínima a salvaguardar, até 31/12/2016. Felizmente, o IEFP honrou o princípio da boa-fé e compensou a ANDC pela atividade desenvolvida no primeiro semestre, possibilitando uma calendarização do término dos contratos de trabalho mais consentânea com as necessidades de salvaguarda das responsabilidades da ANDC e com a exploração de novas vias de futuro.

Neste quadro, impôs-se um forte desinvestimento na atividade operacional, que ficou limitada à resposta aos pedidos de apoio em que as linhas de financiamento protocoladas pela ANDC com os bancos parceiros fosse a única possibilidade de financiamento.

Importa, contudo, sublinhar que apesar do cenário com que passámos a confrontar-nos não ser tido como próximo, ele não estava ausente das preocupações dos dirigentes da ANDC, sobretudo nos últimos anos. Aliás, algumas das iniciativas entretanto iniciadas são a evidência da consciência, que há muito havia, da necessidade de retirar a ANDC da dependência exclusiva do financiamento do IEFP.

A criação do Grupo de Trabalho sobre a Governação da ANDC, ainda em 2015, bem como o objetivo de desenvolvimento de ações-piloto de diversificação da intervenção ou ainda o propósito da realização



do Congresso sobre o microcrédito numa perspetiva de delinear linhas de intervenção futuras, são a prova de que existia a consciência, passados 18 anos, de que era chegado o momento de dar novo rumo à ANDC.

O Plano de Ação para 2016 apontava para cinco objetivos principais:

1. Aumentar o número de novos microcréditos;
2. Melhorar a qualidade do acompanhamento e do apoio aos microempresários;
3. Desenvolver ações-piloto de diversificação da intervenção da ANDC;
4. Celebrar 18 anos de microcrédito em Portugal;
5. Melhorar a produtividade dos recursos da ANDC.

No entanto, apesar de no primeiro semestre a atividade operacional ter decorrido dentro da normalidade, quando a partir de Abril ficou claro que existiam dificuldades, cuja natureza só mais tarde veio a ser conhecida, com a celebração do novo Acordo começaram a ficar comprometidos os objetivos, sobretudo os que dependiam de ações mais inovadoras ou de um envolvimento mais intensivo dos recursos da Associação.

*Fácil*  
*de*

## II. ORGANIZAÇÃO

### 1. RECURSOS E ORGANIZAÇÃO INTERNA

Uma vez que a organização interna se encontrava relativamente estabilizada, o objetivo do Plano De Acção para 2016 era, por um lado, consolidar a estrutura clarificando as várias funções e, por outro, melhorar os procedimentos internos visando ganhos de eficiência e eficácia, nomeadamente a nível do acompanhamento. Sublinhe-se que, no que ao acompanhamento se refere, houve uma melhoria da ficha de acompanhamento, tornando o seu preenchimento mais fácil e sistematizado de forma a viabilizar a introdução imediata no sistema de informação e o tratamento de dados relevantes para a avaliação de resultados. No atendimento, existindo uma equipa estável, procurou-se uma maior harmonização dos critérios e introduziu-se mais cedo no processo o primeiro contacto com o Técnico.

O Inquérito realizado junto dos microempresários ativos com o objetivo de se perceber a necessidade de determinados serviços foi outra das iniciativas levadas a cabo durante o ano transato.

Contudo, a alteração de rumo decorrente da incerteza quanto ao apoio financeiro do IIEFP e, posteriormente, a confirmação da não assinatura do Acordo com a ANDC, fizeram com que o Plano deixasse de ser a referência determinante para a atividade, que passou a ser fortemente condicionada pela necessidade de delinear e submeter à Assembleia Geral um conjunto de medidas de caráter urgente de modo a prevenir riscos de incumprimento de obrigações legais.

Sublinhe-se que o facto de a comunicação da decisão do IIEFP ter sido no final do 1º semestre, já próximo do período de férias e decorridos 6 meses de atividade ao ritmo normal, tinha consumido uma parte substancial das reservas financeiras da Associação, o que não deixava margem para a continuidade das obrigações laborais para além de 31/12/2016 e que obrigou a Direção a tomar medidas que, naturalmente, suscitaram dúvidas entre os associados e nem sempre foram bem acolhidas por todos. Mas a Direção teve, como era sua obrigação, o cuidado de informar e ouvir os Associados antes que as mesmas assumissem a sua efetividade.

Por esse facto, 2016 foi um ano em que os Associados foram solicitados não apenas para o acompanhamento da situação, mas também na procura de soluções, tendo sido realizadas, além das ordinárias, duas Assembleias-gerais extraordinárias.



#### Assembleias-Gerais:

21 Março	Assembleia-Geral Ordinária: Relatório de Atividades e Contas
01 Julho	Assembleia-Geral Extraordinária sobre a situação de não renovação do Acordo com o IEFP, perspetivas futuras e medidas a encetar
26 Setembro	Assembleia-Geral Extraordinária sobre suspensão da atividade operacional nos moldes atuais e consequente despedimento coletivo.
14 Novembro	Assembleia-Geral Ordinária – 1ª parte: Eleições Órgãos Sociais
12 Dezembro	Assembleia-Geral Ordinária – 2ª parte: Plano de Atividades e Orçamento 2017

Foram tomadas medidas que, por um lado, se refletissem rapidamente numa redução dos custos e, por outro, não colocassem em risco, no curto prazo, a continuidade da ANDC, nem o cumprimento das suas obrigações legais. De entre essas medidas, sublinhe-se:

- Encerramento das instalações do Porto
- Interrupção da publicação do Boletim “Notícias do Microcrédito”
- Fim de contrato do estacionamento das viaturas, tanto no Porto como em Lisboa
- Redução do número de viaturas e resolução dos respetivos contratos
- Suspensão de algumas atividades de divulgação e publicidade (Google adwords)
- Redução das instalações de Lisboa a um único andar
- Redução da atividade operacional, nomeadamente deixando de trabalhar processos de Microinvest, e redução dos custos de deslocações a ela associados.

Mas o processo mais marcante e urgente decorria da necessidade de dar por findos os contratos de trabalho, não se tendo encontrado alternativa a um processo de despedimento coletivo.

Esse processo, de que os Associados estão cabalmente informados, tem todos os procedimentos legais cumpridos e, nos termos do mesmo, em 2016 foram terminados os contratos de trabalho de 3 Técnicos de Microcrédito e dois outros trabalhadores; outros contratos de trabalho têm término fixado em 30 de Junho de 2017.

Se nada se alterar – e está a ser feito um grande esforço para inverter a situação – a partir de Julho a estrutura da ANDC estará reduzida ao mínimo necessário para assegurar as suas responsabilidades imediatas e dar suporte organizativo à procura de novos caminhos ou, se for o caso, encerrar condignamente a Associação.

*F. Cadil*

## 2. ÓRGÃOS SOCIAIS

A vitalidade da Associação afere-se por um número razoável de Associados que regularmente participam na vida da Associação. Nesse quadro a recomposição dos órgãos sociais tem encontrado sempre Associados disponíveis para desempenharem o exigente papel que os mesmos implicam.

No final de 2016 procedeu-se, nos termos estatutários, à eleição dos corpos sociais para o biénio 2017-2018. A Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal mantiveram a composição do biénio anterior. A Direção mantém dois membros da Direção anterior.

## 3. ASSOCIADOS

Em 2016, o número de Associados continuou a reduzir-se, tendo passado de 196 em 31/12/2015 para 194 em 31/12/2016

Movimento de Associados em 2016

	Nº
Nº total associados em 31/12/2016	194
Novos associados 2016	4
Desistências 2016	5
Faleceram	1

O compromisso de uma parte dos Associados com a ANDC tem vindo a enfraquecer, existindo um número significativo (57) com quotas em atraso há dois e mais anos.

## 4. PARCERIAS

Durante o ano de 2016 a ANDC alargou o número de bancos parceiros, com a assinatura de um Protocolo com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. No entanto, face à restrição da atividade da ANDC, não foi dinamizada a adesão com cada uma das Caixas. Todos os bancos parceiros foram informados da nova situação da ANDC, e das implicações que a mesma teria em novos projetos e no acompanhamento, não tendo os mesmos encontrado razões para alterar os protocolos celebrados.



F. Edil  


Em 2016, pudemos continuar a contar com os seguintes parceiros *pro bono*: Abreu Advogados, BORN, EVERIS, Linklaters e Vieira de Almeida Associados.

Além das Instituições Financeiras, a ANDC tem presentemente 41 Protocolos assinados com outras tantas entidades, de que destacamos 21 Câmaras Municipais, a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Durante o ano de 2016, além do protocolo com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, foram assinados os seguintes protocolos:

- **APOTEC** (Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade), na perspetiva de uma expansão da atividade e da prestação de melhores serviços aos microempreendedores.
- **ClaP** (Centro Incentivar a Partilha), Matosinhos. Na sequência do encerramento das instalações do Porto, a ANDC estabeleceu parceria com Centro Incentivar a Partilha, coordenado pelo Prof. Américo Mendes, que disponibiliza à ANDC um espaço, por enquanto, sem custos.
- **GAF** – Gabinete de Atendimento à Família (Viana do Castelo) – CLDS-3G VIANA CONSIGO

## 5. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No âmbito da procura de novas soluções e tendo como objetivo perceber quais as tendências ao nível internacional, na perspetiva da organização do Congresso sobre microcrédito, a Direção da ANDC decidiu participar na Conferência Anual da REM, em Varsóvia, de 16 a 17 de junho, a qual teve como tema central: *“Formatar a microfinança europeia: Quem, o quê e para quem?”*, ou seja, uma reflexão e partilha de experiências sobre o futuro da Microfinança (e do microcrédito), as organizações, os produtos e o público-alvo. A ANDC fez-se representar pelo associado Jorge Wemans. Apresentam-se em caixa de texto algumas das conclusões retiradas da informação transmitida à Direção.

**Notas sobre AG do EMN e sobre a Conferência Anual  
Varsóvia, 15 a 17 junho 2016**

A preocupação com o lobbying junto da Comissão é um dos vetores mais importantes para o próximo triénio, pois começa a haver dinheiro na UE para o microcrédito (não só para as instituições financeiras, mas também para organizações tipo ANDC).

O EMN levou a cabo nos últimos dois anos uma profunda revisão da sua missão e visão e pretende dar prioridade à elaboração do seu plano estratégico até ao final deste ano. O plano foi discutido e continuará a ser debatido com os associados por mail até dezembro de 2016.

A network está de boa saúde financeira (tendo reservas que lhe permitem viver 6 meses sem qualquer financiamento. O objetivo é terminar 2017 com reservas para um ano inteiro.

No final deste ano será também apresentado o documento sobre a situação da microfinança na Europa (da responsabilidade do italiano Diogo Dragadi da FGDA).

Tudo leva a crer que, no contexto de crescimento, maior diversificação e menor coesão da microfinança na Europa, o futuro desta venha a ser em boa parte decidido pelas normas, definição de tipologias e de critérios para apoios financeiros que a UE defina.

Todas as tensões que conhecemos em termos da definição da missão da ANDC e da sua concretização prática estão presentes (sem dramatismos) no âmbito do EMN.

Algumas notas a partir da Conferência: para aceder aos fundo europeus será cada vez mais importante adotar o Código de Boas Práticas do Microcrédito desenhado pela UE. Em termos de disponibilização de fundos o BEI e o FEI serão, cada mais, protagonistas importantes. O programa EaSI TA pode assegurar à ANDC apoio para rever a sua organização, formação dos seus funcionários, etc...

Ganham cada vez maior importância as associações nacionais de microcrédito como interlocutores de Bruxelas e meios de fazer chegar dinheiro, formação e meios às pequenas instituições. Solicitei informação aos espanhóis sobre a sua associação, pois talvez a criação de uma associação nacional em Portugal possa ser um objetivo do Congresso.

No âmbito das visitas Peer-to-Peer da REM - Rede Europeia de Microfinança, a ANDC recebeu, no dia 24 de maio, a visita de uma delegação húngara de cinco pessoas pertencentes à Fejér Enterprise Agency, da Hungria. Este foi um momento de partilha de procedimentos e ideias de ambas as organizações. A delegação visitou ainda alguns negócios apoiados pela ANDC: Oásis Restaurante Vegetariano, A'vó Leva & A'vó Cuida e Estrela Bike.

A ANDC em 2016 era associada da REM (Rede Europeia de Microfinança), bem como da EFIN (European Financial Inclusion Network). No que se refere à EFIN, e devido à contenção de custos, foi suspensa a nossa participação enquanto associados a partir de 2017.

## 6. COMUNICAÇÃO

A ANDC tinha desenhado, para 2016, um Plano de Comunicação que privilegiava essencialmente dois objetivos:

1. Aumentar a procura de serviços da ANDC: divulgação, presença em eventos, presença nos media.



2. Valorização da marca ANDC, valorizando o trabalho desenvolvido pela associação: presença nos media, comunicação interna e organização de eventos (Semana do Microcrédito, Dia do Microempresário e Congresso Nacional de Microcrédito).

A indefinição na assinatura de novo acordo com o IEFP e evolução posterior, como atrás descrito, interromperam a continuidade do que havia sido planeado.

Deixa-se aqui um breve registo do que foi executado:

- Boletim ANDC – foram publicados dois números (Janeiro e Abril). O número de Abril passou a incluir o código QR que permite que através de smartphone o candidato tenha acesso direto à ficha de candidatura da ANDC.
- FLASH – foram enviados 3 números (Fevereiro, Maio e Junho). A última publicação passou a incluir “Notícias dos Parceiros”.
- FACEBOOK – A página angariou 152 novos gostos, tendo atualmente 2 350 gostos e 2 288 seguidores.
- Site – foi incluída a rubrica “Negócio do Mês” e também informação sobre as ações dos parceiros.
- Folheto ANDC – foi acrescentado o código QR para smartphones.
- Campanha de Publicidade. A ANDC decidiu também fazer uma experiência de campanha de marketing digital através dos anúncios do Google AdWords. Foram criados 3 anúncios e para cada um deles foi desenhada uma estratégia e estabelecido um período. Esta campanha teve como resultado um aumento das visitas ao *site* e, de modo particular, à página “Formulário de Candidatura”. O número de candidaturas do mês de Maio e Junho (meses da campanha) aumentou em relação aos dois anos anteriores e apresentou os melhores resultados de 2016. Apesar dos bons resultados, a campanha foi descontinuada face ao novo quadro de vida da Associação.
- Mecanismo de Incentivo aos microempresários que encaminhassem novos candidatos. O novo período de candidaturas teve início em Abril de 2016 e prolongou-se até final do ano de 2016, tendo sido cancelado nessa data. No conjunto, estiveram em causa 9 prémios (uma mensalidade do crédito), com um custo de 1 955 euros.

*F. Cról*  
*op*

- Presença nos media: dois extensos artigos sobre a ANDC publicados no semanário “Vida Económica”. Esteve também presente em vários artigos na imprensa regional. Mantém uma parceria com o site “Saldo Positivo” (site de literacia financeira pertencente à CGD), tendo sido publicados dois artigos da autoria da ANDC.

## 7. COMISSÕES DE CRÉDITO

No ano 2016 apenas se verificaram alterações pontuais em membros das comissões de crédito, pelo que as várias equipas se mantiveram estáveis.

As 6 Comissões de Crédito realizaram 63 reuniões. Os projetos aprovados em CC foram 152 (- 29 % do que em 2015). A intervenção das Comissões tem sido sempre construtiva e fundamental para viabilizar a aprovação dos projetos pelos Bancos.

Procurou-se também melhorar e sistematizar a informação transmitida às Comissões de Crédito, de modo a que os seus membros possam ter uma imagem global da atividade da ANDC e tenham elementos para apreciarem os resultados da sua intervenção.

## 8. TÉCNICOS DE MICROCRÉDITO

No ano de 2016 a equipa técnica manteve-se estável quer nos seus membros quer nos territórios atribuídos. A integração da Sara Silva foi consolidada.

Durante o ano de 2016 realizaram-se 3 reuniões da Equipa Técnica: Fevereiro, Abril Julho e Novembro nestas reuniões esteve sempre presente a Direção tendo os principais temas abordados sido:

- Tempos de Trabalho e ajustamentos a implementar;
- Conteúdos e preenchimento das fichas de acompanhamento
- Modelo de Parcerias Territoriais;
- Plano de Comunicação e principais ações 2016

Foi, ainda organizada, uma ação de formação sobre Conceitos Básicos de Contabilidade para não financeiros, com a parceria da APOTEC

## 9. VOLUNTÁRIOS

Em 2016 um grupo significativo de voluntários continuou a assegurar algumas fases importantes no âmbito do processo de apoio ao microempreendedorismo inclusivo desenhado pela ANDC.

Para além dos membros das Comissões de Crédito e dos Órgãos Sociais, importa destacar o atendimento inicial de quem procura o apoio da Associação - quer o faça já sob a forma de submissão de uma candidatura ou apenas para informações gerais.

Esse atendimento vinha sendo assegurado diariamente por sete voluntárias que, em conjunto com o secretariado operacional, garantiam, todos os dias entre as 9h30 e as 17h, o primeiro tratamento requerido por cada pessoa que contacta a ANDC.

As condições vividas a partir de meados de 2016, levaram a concluir que essas funções poderiam ser asseguradas apenas pelo secretariado operacional e foi desmobilizado o atendimento pelo grupo de voluntárias que, na maior parte, continuaram a prestar apoio noutras tarefas.

A Direção reconhece o esforço de todos que, apesar da desmotivação que as dificuldades possam ter gerado, continuaram a prestar apoio empenhado à Associação.

## III. ATIVIDADE OPERACIONAL

### 1. CANDIDATURAS RECEBIDAS

Como podemos ver no quadro abaixo, o ano 2016 foi um pouco instável. Por um lado começámos o ano mantendo a tendência para quebra da procura o que resultou numa diminuição de 26,3% no 1º trimestre em relação ao trimestre homólogo do ano anterior. As medidas tomadas no 2º trimestre, nomeadamente com a introdução de anúncios no Google, contrariaram essa tendência o que fez com que passássemos para um crescimento de 9% no segundo trimestre em relação ao trimestre homólogo do ano anterior. No início do 3º trimestre, com a suspensão dos anúncios e desinvestimento em todas as ações de divulgação e contactos com parceiros, a quebra de candidaturas foi acentuada. Estes números revelam que o fluxo de candidaturas depende muito das ações de promoção e divulgação, notando-se esse facto aquando das novas medidas de divulgação e, em sentido contrário, quando a força



das circunstâncias impuseram uma atitude passiva em termos de divulgação. Chegar aos destinatários é claramente uma questão crítica para a escala da atividade.

Registe-se que, a partir do segundo semestre, face à inexistência de financiamento da atividade operacional, foram tomadas três medidas com forte impacto no volume de candidaturas:

- Desativação de todas as ações de divulgação da nossa iniciativa;
- Reencaminhamento das candidaturas ao Microinvest para outras entidades que pudessem prestar o apoio pretendido, com o conseqüente acolhimento pela ANDC dos candidatos que não tivessem outra alternativa fora das linhas de microcrédito protocoladas com a ANDC;
- Desativação do procedimento de acompanhamento do atraso no envio dos elementos após o primeiro contacto.

O ano 2016 acaba por registar uma quebra global de 16% de candidaturas, em grande parte justificado pela contração da atividade a partir do segundo semestre do ano.

#### Candidaturas 2015/2016

	2015	2016	Varição
Candidaturas 1º Trimestre	638	470	-26,3%
Candidaturas 2º Trimestre	433	473	9,2%
Candidaturas 3º Trimestre	365	306	-16,2%
Candidaturas 4º Trimestre	365	257	-29,6%
Candidaturas do Ano	1801	1506	-16,4%

A quebra na procura foi generalizada, embora o peso relativo das fontes das candidaturas (ver quadro abaixo) tenha tido alguns ajustes resultantes da evolução ao longo do ano. Verifica-se um crescimento do peso relativo das candidaturas via internet em resultado dos anúncios colocados no Google e da redução das candidaturas provenientes de outras fontes nomeadamente dos centros de emprego.

Esta redução do volume de candidaturas com origem nos centros de emprego, que teve maior impacto no último trimestre de 2016, admite-se que possa ser uma combinação de três fatores: redução da presença da ANDC nos centros de empregos nomeadamente no segundo semestre, consolidação do modelo EPAT's, redução do nível de atividade dos centros de emprego na área de empreendedorismo

*F. C. Adl*  
*PM*

e redução do desemprego. No entanto, só conhecendo as estatísticas do Instituto de Emprego poderemos tirar algumas conclusões.

**Principais Fontes das Candidaturas e Créditos 2015/2016**

Canal	2015		2016	
	Candidaturas	Créditos	Candidaturas	Créditos
Internet	38,1%	17,2%	44,5%	13,0%
Centro de Emprego	16,8%	24,3%	14,8%	28,8%
Amigo	15,3%	11,2%	16,1%	10,0%
Microempresário (ANDC)	4,4%	25,4%	3,3%	24,5%
Outras	25,4%	21,9%	21,3%	23,7%

Este quadro, para além de comparar as fontes de candidaturas dos anos 2015 e 2016, mostra a concretização de crédito originados nas mesmas fontes.

Os dados mostram, mais uma vez, que a maioria das candidaturas sugeridas por empresários da ANDC resultam na concretização de créditos, e representaram cerca de 25% dos créditos em 2016 com apenas 3,3% das candidaturas. O relançamento do mecanismo de incentivo teve, uma vez mais, um impacto positivo nos créditos registados em 2016. O crescimento da proporção de candidaturas via internet não se traduziu em crescimento na proporção dos créditos, muito pelo contrário, o que reforça a conclusão de que esta fonte gera muito mais pedidos de informação do que propriamente intenções de candidaturas.

## **2. PROJETOS APRESENTADOS ÀS COMISSÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS CONCLUÍDOS**

Apesar das dificuldades, em 2016 a ANDC contribuiu para a criação de mais 139 micronegócios.

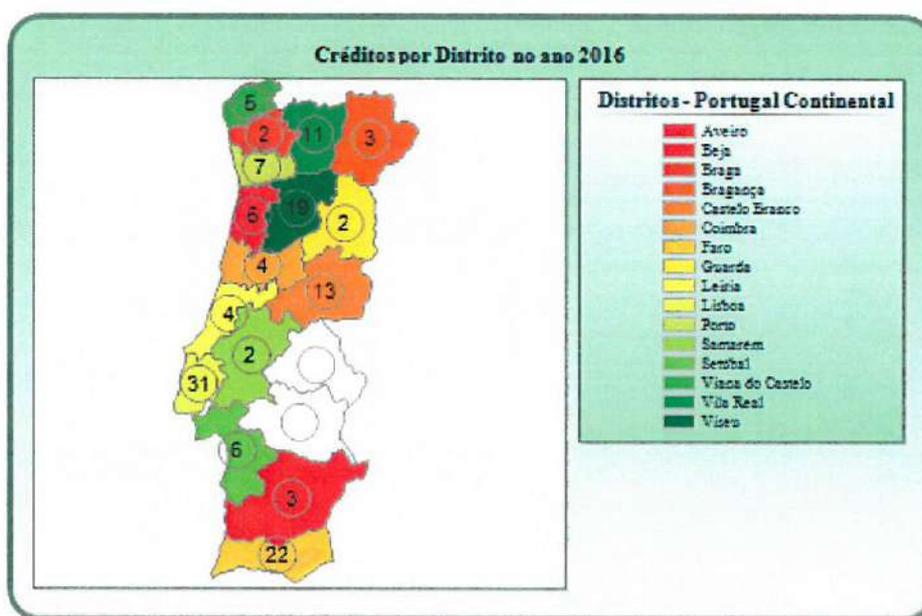
Iniciou-se o ano com uma aceleração do ritmo registado no ano anterior com cerca de 18 projetos aprovados em Comissão de Crédito, por mês, e com cerca de 14 projetos creditados por mês, o que representaria um crescimento de cerca de 24% relativamente a 2015. O crescimento das candidaturas que se estava a verificar em Abril e Maio indicava que o segundo semestre poderia ser pelo menos idêntico ao do ano anterior e tudo indicava que finalmente poderíamos ultrapassar a barreira de 170 créditos

*F. C. Adil*

num ano. O conhecimento da não renovação do Acordo com o IEPF e toda a instabilidade que surgiu a partir daí tiveram um impacto muito grande, com um resultado de quebra de produção quase imediata. No final do segundo semestre registámos uma quebra de 60% nos projetos aprovados em CC em relação ao período homólogo. A situação só não se traduziu numa maior quebra de créditos no ano 2016 devido à boa performance do primeiro semestre e aos processos transitados do ano anterior.

### Movimento de Projetos em 2016

Transitaram de 2015 (pendentes nos bancos)	34
Aprovados em Comissão de Crédito	152
Encerrados sem creditação	30
Creditados	139
Pendentes no banco em 31/12/2016	17



### 3. DIVULGAÇÃO PELOS TÉCNICOS DE MICROCRÉDITO

Durante o ano de 2015 foram realizadas mais de 50 ações/Divulgações pelos diversos técnicos no âmbito da sua intervenção territorial, a partir de Julho a atividade de divulgação foi suspensa.

No ano de 2016 não realizámos a semana do microempresário nem participámos no dia da Microfinança uma vez que estes eventos se concentravam no segundo semestre.

#### 4. BANCOS

Como já referido, durante o ano de 2016 foi assinado o Protocolo com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo; no entanto, face à incerteza do financiamento da ANDC não foi dinamizada a adesão com cada uma das Caixas.

No geral, a ação dos bancos continuou a ser bastante positiva. Como já referido, todos os bancos parceiros foram informados da nova situação da ANDC, e das implicações que a mesma teria em novos projetos e no acompanhamento, não tendo os mesmos encontrado razões para alterar os protocolos celebrados.

Relembra-se que a seleção do banco é da responsabilidade do promotor do micronegócio.

### IV. A PROCURA DE NOVOS CAMINHOS

#### 1. APROFUNDAMENTO DA REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA ANDC

O Grupo de Trabalho constituído em 2015 para aprofundamento da reflexão sobre o futuro da ANDC continuou o seu trabalho em 2016. Os seus trabalhos estiveram na origem do projeto de Relatório ANDC- Modelo de Negócio e Governança, já distribuído aos Associados. Esse projeto foi elaborado pelo Presidente da Direção; o GT tinha proposto a alteração do Relatório para uma melhor tradução das propostas formuladas e maior clarificação dos cenários futuros. No entanto, as novas circunstâncias não permitiram estabilizar uma nova versão e o GT não voltou a reunir para aprovação formal do relatório.

Na sequência das ideias surgidas foram aprofundadas algumas iniciativas, em particular da promoção de uma iniciativa de microfranchising para pequenos negócios e de retoma de negócios em risco de desaparecerem devido a circunstâncias dos seus proprietários. Essas ideias têm vindo a ser incorporadas nas propostas que estamos a fazer a potenciais financiadores ou no quadro de programas a desenvolver em parceria com outras entidades.

Também na perspetiva da procura de outras soluções, nomeadamente explorando a abordagem às empresas, foram encetados contactos com a consultora “Sair da Casca” que nos disponibilizou pistas muito úteis.



Outra iniciativa prevista para explorar novos caminhos para o microcrédito, associada à comemoração dos 18 anos de atividade da ANDC, era a organização do I Congresso do Microcrédito. Este objetivo que constava do Plano de Ação visava, partindo da experiência de 18 anos, projetar a ANDC para o futuro na afirmação enquanto referência do microcrédito em Portugal. O associado Jorge Wemans aceitou o desafio da Direção em presidir à Comissão Organizadora. O imprevisto quadro de incerteza levou ao adiamento deste projeto.

## 2. PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em 2015, a ANDC integrou três parcerias para o desenvolvimento local que se esperava tivessem desenvolvimentos relevantes em 2016. Trata-se de:

- a. Estratégia de Desenvolvimento de Base Comunitária (DLBC) da Frente Atlântica: tendo como principal promotor o Instituto Padre António Vieira, inclui freguesias dos concelhos do Porto Matosinhos e Vila Nova de Gaia;
- b. DLBC Porto Ocidental: tendo como principal promotor a ADILO – Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro, incluindo a União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde;
- c. Município de Ovar, principal promotor do consórcio no âmbito do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, esperando-se que as respetivas estratégias tivessem entrado em plena execução em 2016.

A ANDC é também parceiro no CLDS (Contrato Local de Desenvolvimento Social) gerido pela ADILO.

Este conjunto de parcerias não teve, no entanto, qualquer desenvolvimento significativo em 2016. A principal razão liga-se com atrasos nos procedimentos relativos à execução do Portugal 2020.

A ANDC, nomeadamente através do seu TM Marta Mucha, tem vindo a trabalhar com A Associação de Solidariedade Social dos Professores, e a Sol do Ave numa iniciativa dirigida aos professores não colocados ou com horário dirigido visando o empreendedorismo como alternativa.

### 3. EXPLORAÇÃO DE NOVAS FONTES DE SUSTENTABILIDADE



No novo quadro, a exploração de novas fontes de sustentabilidade assume uma particular relevância. A Direção acelerou contactos com diversas entidades.

Merece referência a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social que permitiu constatar que alguns projetos da Associação poderiam ter elegibilidade, apesar de, no geral dos financiamentos do Portugal 2020, a ANDC não poder ser beneficiário direto.

Contactos mais alargados só puderam ser equacionados após o acto eleitoral de Novembro e a aprovação do Programa de Acção, apresentado pela Direção, para 2017.

### V. CONTAS

As contas de 2016 são marcadas pelo facto de toda a atividade da ANDC depois de 1 de Julho não ter sido objeto de financiamento, sendo suportada pelos recursos da Associação.

A apresentação de contas relativa ao ano de 2016 tem por base os pressupostos apresentados pela Direção em Assembleia-geral, nomeadamente, a redução do montante do Fundo de Garantia a 75 000 euros (Ver Balancete Económico-Financeiro) - provisão suficiente e prudente face às responsabilidades contratuais com as instituições financeiras e resultante da reavaliação dessas mesmas responsabilidades - o que permitiu suportar a atividade do 2º semestre.

Os fundos provisionais para projetos aprovados serão utilizados para a continuidade da ANDC e cobertura de custos com o acompanhamento dos microempresários.

No final de 2016, o montante das disponibilidades era superior em € 155 170,82 às provisões para projetos aprovados:

- Disponibilidades em 31/12/2016: € 622 489,12 (Balancete Económico Financeiro)
- Provisões para Projetos Aprovados: € 467 318,30 (Nota 9 do Anexo às Contas)

O montante total das provisões em 31/12/2016 (impostos, Fundo de Garantia e Projetos Aprovados) era de € 559 701,41 (ver Balanço e Nota 9 do Anexo às Contas).

No que se refere ao montante das disponibilidades, importa relembrar que o valor de € 97 779, tal como expresso nos pressupostos do Orçamento para 2017, aprovado em Assembleia-geral, é montante afeto a compensações indemnizatórias, à data de 31/12/2016, do pessoal que transitou para 2017.

### Proveitos

No que se refere às contas de 2016, há que sublinhar os seguintes aspetos:

1. O montante da comparticipação do IEFP (€ 295 909,09), calculada de acordo com os critérios protocolados, corresponde ao número de projetos creditados no 1º Semestre (93), até ao momento em que nos foi comunicado que, afinal, não seria possível celebrar o novo Acordo. Em termos de Tesouraria, o pagamento do IEFP foi de € 286 363,64, já que a ANDC era devedora de € 9 545,46 referente às contas de 2015.
2. Os proveitos diversos incluem, além dos juros dos depósitos bancários, a consignação do IRS no montante de € 3 871,53 referente ao ano de 2014 (Ver Nota 19 do Anexo às Contas).
3. Sublinhe-se ainda os donativos referentes a trabalhos em regime de pro-bono no montante de € 6 000, cuja contrapartida em termos de custos está incluída na rubrica "Trabalhos Especializados". A redução deste montante deve-se essencialmente à redução da atividade e suspensão de algumas das atividades previstas.
4. As quotas dos associados representam 2,6% do total dos proveitos e ficaram aquém em 31% do objetivo estabelecido, sendo que em 2015 o desvio se situou em 28%.

### Custos

Os custos refletem a situação originada pela não assinatura do acordo com o IEFP e as consequentes medidas adotadas. Como informação complementar aos dados que constam do balancete Económico-financeiro, há que sublinhar:

1. Os custos com pessoal sofreram no 2º semestre um acréscimo superior a 33,5%, o que resulta do processo de despedimento coletivo e respetivas compensações;
2. Durante o 2º semestre, os custos fixos centrais sofreram uma redução ligeiramente superior a 14%, enquanto a redução dos custos variáveis se situou nos 15%;

F. Adl



3. Contudo, e devido ao acréscimo extraordinário dos custos de pessoal, a soma dos custos fixos e dos custos variáveis durante o 2º semestre teve um acréscimo superior a 17,5%.

## Resultados

Em termos financeiros, o resultado líquido do exercício é positivo no montante de € 18 101,92, o que se deve à reversão do Fundo de Garantia no montante de € 226 211,71 (ver balancete Económico-financeiro). Sublinhe-se, mais uma vez, que esta reversão está de acordo com os pressupostos apresentados pela Direção à Assembleia-geral, que estabelece como reservas do Fundo de Garantia para o cumprimento das responsabilidades protocoladas com as instituições financeiras o montante de € 75 000, o qual resulta da reavaliação daquelas responsabilidades.

Observando a Demonstração dos Fluxos de Caixa verifica-se em termos de Tesouraria um saldo negativo no montante de € 191 190,37 (ver Demonstração dos Fluxos de Caixa e Nota 5 do Anexo às Contas).

Como já referido, o montante das disponibilidades a transitar para 2017 é de € 622 489,12.

## VI. NOTAS FINAIS

O Plano de 2016 era não apenas ambicioso nos seus objetivos como, pela primeira vez, nele estava plasmada a preocupação de diversificação da atividade e fontes de financiamento da ANDC. Quiseram as circunstâncias que essa preocupação se transformasse num problema com carácter de urgência. Como é natural, essa alteração da envolvente implicou mudanças muito significativas na atividade da ANDC, nomeadamente uma redução da atividade.

A instabilidade vivida na Associação no ano 2016 condiciona quer a avaliação do ano quer as perspetivas de futuro. O ano começou bem com muita dinâmica e a meio do ano 'travámos a fundo'. Poderemos concluir que a dinâmica de divulgação e gestão de parcerias aliada à estratégia de comunicação tinha um resultado claro no volume de candidaturas o que confirma o desafio de encontrar as formas adequadas de chegar aos destinatários da nossa ação. A resposta rápida a essas candidaturas e o bom acolhimento prestado pelo atendimento tinham um impacto decisivo na ultrapassagem das dificuldades

iniciais do processo, a equipa técnica ou pelo menos parte dela, motivada com objetivos concretos tinha capacidade para apresentar melhoria de resultados de forma consistente.

A manutenção da notoriedade da Associação, nesta fase em que não estamos a fazer qualquer investimento na comunicação e divulgação, confirma-nos que o projeto, sendo socialmente necessário, tem capacidade de voltar a dar frutos caso se consigam encontrar soluções de sustentabilidade financeira.

Não basta reconhecer, o que é verdade, que o que a ANDC recebeu da sociedade, via financiamentos do IEF, foi devolvido com acréscimo à sociedade através da ação desenvolvida. O capital de experiência acumulado ao longo de 18 anos e o trabalho dos muitos voluntários que empenhadamente à ANDC se dedicaram impõem-nos a obrigação de não desistir perante a difícil etapa que enfrentamos e procurar novos caminhos de afirmar a valia social da Associação, pioneira no fomento do microempendedorismo inclusivo através do microcrédito.

Março 2017

A. J. Mendes Baptista

Francisco Adil



## CONTAS 2016

1. Parecer do Conselho Fiscal
2. Balancete Económico-Financeiro 2016
3. Balanço em 31 de dezembro 2016
4. Demonstração dos Resultados por Naturezas
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa
6. Demonstração dos Resultados por Funções
7. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
8. Anexo às Demonstrações Financeiras

### Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal vem, nos termos do disposto no número 1, alínea c), do Artigo nº 23 dos Estatutos da ANDC, emitir parecer sobre o Relatório e as Contas da Associação relativos ao exercício de 2016 que a Direção submeteu à sua apreciação.

O Conselho é da opinião que o Relatório expressa de forma clara e objectiva a atividade e as circunstâncias que se desenvolveu o exercício de 2016. A decisão do IEFP de não celebração de novo protocolo com a Associação, em função do enquadramento legal a que o Instituto está sujeito, foi muito condicionante da atividade corrente e futura da Associação, cuja Direção teve de tomar medidas imediatas de gestão e reestruturação para salvaguardar o cumprimento dos compromissos assumidos, nomeadamente perante os seus colaboradores, as entidades financiadoras e os beneficiários dos créditos concedidos. O Conselho releva o facto de ter sido possível obter do IEFP uma compensação pelas expectativas criadas à ANDC, fixada em função do volume de operações concretizadas durante o primeiro semestre.

Perante a nova situação da Associação a Direção ajustou o nível de provisionamento para o Fundo de Garantia de acordo uma reavaliação das responsabilidades assumidas perante as instituições financiadoras, realizada com base no volume e características da carteira de financiamentos concedidos ao abrigo dos projetos aprovados, em termos que este Conselho considera satisfatórios.

O Conselho é do parecer que as contas refletem os fluxos de receitas e despesas ocorridos e a situação patrimonial do exercício, positiva em 45.467,61 euros.

Num exercício particularmente exigente o Conselho agradece à Direção toda a colaboração e disponibilidade manifestadas ao longo do ano.

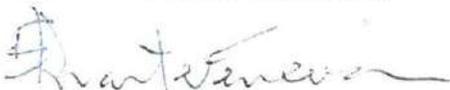
O Conselho Fiscal é de parecer favorável a que os associados aprovem o Relatório da Direção e as Contas de 2016 na Assembleia Geral convocada para o próximo dia 27 de março.

Lisboa, 20 de março de 2017

O Conselho Fiscal,



(Manuel Ferro da Silva Menezes)



(Eduardo Filipe Huguenin Duarte Ferreira)



(Vasco Francisco da Câmara Ribeiro Ferreira)

**BALANCETE ECONÓMICO-FINANCEIRO 2016**

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO 2016	ORÇAMENTO 2016	DESVIO %	REAL 2015	DESVIO 2015/2016
<b>I - PROVEITOS E GANHOS</b>					
Quotizações	8 740,00	12 600,00	-31%	9 100,00	-4%
Donativos	970,00	20 000,00	-95%	1 111,19	-13%
Donativos Pro-bono	6 000,00	0,00	+100%	16 440,16	-64%
Subsídio IEFP	295 909,09	636 364,00	-54%	540 909,09	-45%
Vendas	0,00	150,00	-100%	0,00	
Conferência Microcrédito	0,00	15 000,00	-100%	0,00	
Proveitos diversos	17 916,75	0,00	+100%	21 498,89	-17%
<b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>	<b>329 535,84</b>	<b>684 114,00</b>	<b>-52%</b>	<b>589 059,33</b>	<b>-44%</b>
<b>I - CUSTOS FIXOS CENTRAIS</b>					
<b>A - Custos c/ Pessoal</b>					
Remunerações do Pessoal	293 385,85	295 475,00	-1%	281 469,18	+4%
Encargos sociais e fiscais	57 450,21	61 113,00	-6%	50 113,20	+15%
Outros custos c/ Pessoal	5 604,45	6 185,00	-9%	5 151,98	+9%
Soma	356 440,51	362 773,00	-2%	336 734,36	+6%
<b>B - Outros custos fixos</b>					
Honorários Técnico Ofic. Contas	7 380,00	7 400,00	-0%	7 380,00	+0%
Rendas	30 236,10	36 084,00	-16%	36 001,04	-16%
Material de escritório e afins	2 666,24	3 000,00	-11%	2 244,41	+19%
Manutenção de instal. e equip.	1 410,65	2 500,00	-44%	397,70	+255%
Utensílios desgaste rápido	104,29	1 500,00	-93%	181,19	-42%
Renting viaturas + Encargos Frota	30 141,51	43 653,00	-31%	41 499,02	-27%
Quotizações	705,51	800,00	-12%	700,00	+1%
Amortizações de equipamentos	10 147,22	9 000,00	+13%	10 090,45	+1%
Soma	82 791,52	103 937,00	-20%	98 493,81	-16%
Soma dos custos fixos	439 232,03	466 710,00	-6%	435 228,17	+1%
<b>II - CUSTOS VARIÁVEIS CENTRAIS</b>					
Electricidade e Água	2 994,42	3 570,00	-16%	2 794,64	+7%
Transp. deslocações e estadias	11 668,57	20 000,00	-42%	14 993,25	-22%
Publicações e Folhetos	2 182,02	12 000,00	-82%	8 866,88	-75%
Serviços Informática	2 361,60	2 412,00	-2%	2 361,60	+0%
Telecomunicações e correio	21 675,37	28 323,00	-23%	29 609,78	-27%
Juros e serviços bancários	299,32	500,00	-40%	494,06	-39%
Ações formação, Seminários e eventos	467,40	7 000,00	-93%	232,03	+101%
Conferência Microcrédito/Pobreza/Divulgação	0,00	20 000,00	-100%	206,19	
Livros, doc. técnica e enc. legais	0,00	1 000,00	-100%	0,00	
Serviços Jurídicos	6 008,16	18 000,00	-67%	1 440,16	+317%
Trabalhos Especializados	9 394,79	0,00	+100%	22 080,58	-57%
Custos Diversos	1 292,62	3 000,00	-57%	2 269,83	-43%
Colaboradores Diversos	0,00	3 000,00	-100%	0,00	
Soma	58 344,27	118 805,00	-51%	85 349,00	-32%
<b>III - CUSTOS VARIÁVEIS LOCAIS</b>					
Soma dos custos variáveis	58 344,27	118 805,00	-51%	85 349,00	-32%
<b>IV-PROV. P/RISCOS E ENCARGOS</b>					
Provisão p/ "Fundo de Garantia"	39 325,00	71 250,00	-45%	53 467,50	-26%
Reversão de "Fundo de Garantia"	-226 211,71	0,00	+100%	-47 816,32	+373%
Prov.p/Encargos c/Projectos Aprovados	0,00	20 000,00	+100%	0,00	
Correcção IEFP	0,00	0,00	---	38 210,92	-100%
Estimativa de IRC	3 124,50	0,00	+100%	4 243,09	-26%
Provisão para Impostos / Reversão - Tributação Autónoma	-2 380,17	0,00		-861,91	
Soma Provisões	-186 142,38	91 250,00	-304%	47 243,28	-494%
<b>TOTAL DOS CUSTOS</b>	<b>311 433,92</b>	<b>676 765,00</b>	<b>-54%</b>	<b>567 820,45</b>	<b>-45%</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANUAL</b>	<b>18 101,92</b>	<b>7 349,00</b>	<b>+146%</b>	<b>21 238,88</b>	<b>-15%</b>

<b>SITUAÇÃO FINANCEIRA EM 31/12/2016:</b>	
CAIXA :	415,49
<b>BANCOS</b>	
Conta D/O	349 992,41
Dep. Prazo	272 081,22
Títulos	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>622 489,12</b>
<b>SITUAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA EM 31/12/2015</b>	
. REFORÇO DO EXERCÍCIO DE 2016	39 325,00
. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS EM 2016	255,21
. REVERSÃO NO EXERCÍCIO DE 2016	226 211,71
<b>. SITUAÇÃO DO FUNDO DE GARANTIA EM 31/12/2016</b>	<b>75 000,00</b>

O TÉCNICO OFIC. CONTAS

*Redes Anu*

O TESOUREIRO

*Francisco Cristó*

A DIRECÇÃO

*Beata*

O CONSELHO FISCAL

**A.N.D.C**

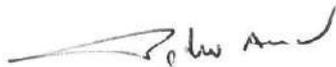
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2016	31 Dezembro 2015
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Activos fixos tangíveis	6	17,24	1 260,34
Bens do patrimonio historico e cultural			
Activos intangíveis	7	4 412,29	13 316,41
Investimentos financeiros	10	160,49	74,87
Fundadores/bene méritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e activos não correntes			
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>4 590,02</b>	<b>14 651,62</b>
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/bene méritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros activos correntes	10	14 042,63	13 458,36
Diferimentos	11	1 058,76	2 446,42
Caixa e depositos bancários	5	622 489,12	813 679,49
<b>Total do activo corrente</b>		<b>638 490,53</b>	<b>829 584,27</b>
<b>Total do activo</b>		<b>643 080,55</b>	<b>844 235,89</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas	12	33 144,91	33 144,91
Resultados transferidos	12	-5 779,22	-27 018,10
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais			
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>27 365,69</b>	<b>6 126,81</b>
Resultado liquido do periodo		18 101,92	21 238,88
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>45 467,61</b>	<b>27 365,69</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	9	559 701,41	749 223,50
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dividas a pagar			
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>559 701,41</b>	<b>749 223,50</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	1 582,38	615,00
Estado e outros entes públicos	14	9 274,17	3 592,43
Fundadores/bene méritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	11	120,00	240,00
Outros passivos correntes	13	26 934,98	63 199,27
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>37 911,53</b>	<b>67 646,70</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>597 612,94</b>	<b>816 870,20</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>643 080,55</b>	<b>844 235,89</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2016.

Contabilista Certificado



A Direcção



**A.N.D.C**

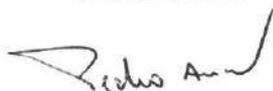
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	15	6 960,00	7 080,00
Subsídios, doações e legados à exploração	21	302 879,09	558 460,44
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	16	-129 011,26	-169 766,50
Gastos com o pessoal	17	-356 440,51	-336 966,39
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)	9	189 266,88	-4 789,27
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	19	7 198,74	6 544,09
Outros gastos			
IEFP (Anos Anteriores)	20	0,00	-38 210,92
Restantes gastos e perdas	20	-1 977,27	-3 753,83
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>18 875,67</b>	<b>18 597,62</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	18	-10 147,22	-10 090,45
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>8 728,45</b>	<b>8 507,17</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	15 e 22	12 498,01	16 974,80
Juros e gastos similares suportados		-0,04	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>21 226,42</b>	<b>25 481,97</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	-3 124,50	-4 243,09
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>18 101,92</b>	<b>21 238,88</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Contabilista Certificado



A Direcção





**A.N.D.C**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes e utentes	8 740,00	9 100,00
Pagamento de subsídios		
Pagamento de Apoios		
Pagamento de bolsas		
Pagamentos a fornecedores	-128 043,88	-174 521,34
Pagamentos ao pessoal	-356 440,51	-336 876,39
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-475 744,39</b>	<b>-502 297,73</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-3 124,50	-4 243,09
Outros recebimentos / pagamentos	275 266,17	554 028,05
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>-203 602,72</b>	<b>47 487,23</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	-1 407,40
Investimentos financeiros	-85,62	0,00
Outros activos		
	-85,62	-1 407,40
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	0,00	69,32
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	12 498,01	16 974,80
Dividendos		
	12 498,01	17 044,12
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>12 412,39</b>	<b>15 636,72</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
	0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	-0,04	0,00
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
	-0,04	0,00
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>-0,04</b>	<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>-191 190,37</b>	<b>63 123,95</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
Caixa e seus equivalentes no início do período	813 679,49	750 555,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	622 489,12	813 679,49

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Técnico Oficial de Contas



A Direcção



**ANDC**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	6 960,00	7 080,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	0,00	0,00
	<u>6 960,00</u>	<u>7 080,00</u>
<b>Resultado bruto</b>		
Outros rendimentos	499 344,71	565 004,53
Gastos de distribuição		
Gastos administrativos	-495 598,99	-521 612,61
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	-1 977,27	-41 964,75
	<u>8 728,45</u>	<u>8 507,17</u>
<b>Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos</b>		
Gastos de financiamento (líquidos)	12 497,97	16 974,80
	<u>21 226,42</u>	<u>25 481,97</u>
<b>Resultados antes de impostos</b>		
Imposto sobre o rendimento do período	-3 124,50	-4 243,09
	<u>18 101,92</u>	<u>21 238,88</u>
<b>Resultado líquido do período</b>		
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

*António Amaro*

*Reynolds*  
*F. C. Adil*  
A Direcção

A.N.D.C

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição no início do período 2016</b>				33 144,91	-27 018,10			21 238,88	27 365,69
<b>Alterações no período:</b>									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00
Realização do excedente de revalorização									0,00
Excedentes de revalorização									0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais:					21 238,88			-21 238,88	0,00
Aplicação de Resultados 2015					-5 779,22	0,00	0,00	0,00	27 365,69
		0,00	0,00	33 144,91	-5 779,22	0,00	0,00	0,00	27 365,69
<b>Resultado líquido do período</b>								18 101,92	18 101,92
<b>Resultado integral</b>								18 101,92	45 467,61
<b>Operações com detentores de capital no período</b>									
Realizações de capital									0,00
Realizações de prémios de emissão									0,00
Distribuições									0,00
Entradas para cobertura de perdas									0,00
Outras operações				0,00	0,00			0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
<b>Posição no fim do período 2016</b>				33 144,91	-5 779,22			18 101,92	45 467,61

Contabilista Certificado

*Richard Amal*

A Direcção

*Richard Amal*

## A.N.D.C.

### Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito, é uma associação sem fins lucrativos, declarada a sua utilidade pública por despacho de 27 de Outubro de 2004 nos termos do D.L. nº 460/77, de 7 de Novembro “B 02.07.-Proc. 13/4”. Constituída em 14 de Dezembro de 1998, tem a sua sede social em Lisboa, na Praça José Fontana, nº4, quinto andar e tem como natureza de actividade a promoção do desenvolvimento pessoal, económico-social daqueles que se encontram em situação de pobreza ou exclusão social, nomeadamente através de iniciativas que assegurem o acesso e a obtenção de crédito por parte dessas pessoas, permitindo-lhes o desenvolvimento de projectos de natureza económica geradores de auto-emprego ou de microempresas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela *Direcção*. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Direcção entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

#### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2016.

A Associação adoptou as Normas Contabilísticas para as entidades do sector não lucrativo (“NCRF-ESNL”)

*[Handwritten signature]*  
F. Adil  
*[Handwritten signature]*

*Roberto A. ...*

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### **3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

##### **3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE**

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

##### **3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO**

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

##### **3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

##### **3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO**

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

*F. ...*

*Pedro Amador*

### **3.1.5. - COMPENSAÇÃO**

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### **3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA**

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## **3.2.- POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO**

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### **3.2.1 Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momen-

*F. C. A. M.*  
*Amador*

*Adriano Amal*

to em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens

As despesas de manutenção e reparação que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

### 3.2.2 Activos fixos intangíveis

Os activos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens

### 3.2.3 Activos e passivos correntes

Os activos e passivos são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os activos e os passivos correntes são mensurados de acordo com os seguintes critérios: Ao custo ou custo amortizado Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a curto prazo e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

### 3.2.4 - Especialização de exercícios

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

### 3.2.5 Subsídios do governo

Os subsídios do governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Outros subsídios do governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do governo que tem por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

*FC*  
*F. C. ...*  
*[Signature]*

*Pedro Amador*

### 3.2.5 Provisões

As provisões são registadas quando a Associação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

## 4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Não aplicável no exercício de 2016

## 5. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

	2016	2015
Numerário	415,49	347,01
Depósitos á ordem	349.992,41	293.332,48
Depositos a Prazo	272.081,22	520.000,00
Aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	<u>622.489,12</u>	<u>813.679,49</u>
Linhas de crédito de curto prazo		
Descobertos bancários		
	<u>622.489,12</u>	<u>813.679,49</u>

*F. Crail*  
5/14  
*[Signature]*

*Adelino*

## 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2016 e 2015 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2016							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso Total
<b>Activos</b>							
Saldo inicial		7.067,82			53.779,35	14.840,30	75.687,47
Aquisições							
Alienações							
Transferências							
Abates							
Revalorizações							
Outras variações							
Saldo final		7.067,82			53.779,35	14.840,30	75.687,47
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial		6.361,02			53.225,81	14.840,30	74.427,13
Depreciações do exercício		706,80			536,30		1.243,10
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Transferências							
Abates							
Outras variações							
Saldo final		7.067,82			53.762,11	14.840,30	75.670,23
<b>Activos líquidos</b>					17,24		17,24

2015							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso Total
<b>Activos</b>							
Saldo inicial		7.067,82			53.779,35	14.840,30	75.687,47
Aquisições							
Alienações							
Transferências							
Abates							
Revalorizações							
Outras variações							
Saldo final		7.067,82			53.779,35	14.840,30	75.687,47
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>							
Saldo inicial		5.654,24			52.530,84	14.840,30	73.025,38
Depreciações do exercício		706,78			694,97		1.401,75
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Transferências							
Abates							
Outras variações							
Saldo final		6.361,02			53.225,81	14.840,30	74.427,13
<b>Activos líquidos</b>		706,80			553,54		1.260,34

*F. C. Silva*

*Fidel Ansel*

## 7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2016 e 2015 os movimentos ocorridos na rubrica de activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

2016						
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>						
Saldo inicial		29.320,13	1.407,40			30.727,53
Aquisições						
Alienações						
Transferências						
Abates						
Outras variações						
Saldo final		29.320,13	1.407,40			30.727,53
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial		17.411,12				17.411,12
Amortizações do exercício		8.904,12				8.904,12
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações						
Transferências						
Abates						
Outras variações						
Saldo final		26.315,24				26.315,24
<b>Activos líquidos</b>		3.004,89	1.407,40			4.412,29

2015						
	Projectos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Activos</b>						
Saldo inicial		29.320,13				29.320,13
Aquisições			1.407,40			1.407,40
Alienações						
Transferências						
Abates						
Outras variações						
Saldo final		29.320,13	1.407,40			30.727,53
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial		8.722,42				8.722,42
Amortizações do exercício		8.688,70				8.688,70
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações						
Transferências						
Abates						
Outras variações						
Saldo final		17.411,12				17.411,12
<b>Activos líquidos</b>		11.909,01	1.407,40			13.316,41

*gpl* *F. Wolf*

*Adelino*

## 8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 2016 é detalhado conforme se segue:

	2016
(1) Resultado líquido do período (antes de impostos)	21.226,42
(2) Imposto corrente	3.124,50
(3) Imposto diferido	0,00
(4) Imposto sobre o rendimento do período (4=2+3)	3.124,50
(5) Tributações autónomas	0,00
(6) Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento (6=(4+5)/(1)X100)	14,72%

O imposto corrente refere-se ao montante das retenções efectuadas por terceiros (bancos) resultante de aplicações financeiras ocorridas em 2016.

## 9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 2016 e em 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Passagem do tempo	Utilizações	Saldo final
Impostos	19.763,28		-2.380,17			17.383,11
Garantias a clientes						0,00
Processos judiciais em curso						0,00
Acidentes de trabalho						0,00
Matérias ambientais (Nota __)						0,00
Reestruturações						0,00
Fundo de Garantia	262.141,92	39.325,00	-226.211,71		-255,21	75.000,00
Projectos Aprovados Micro-Crédito	467.318,30					467.318,30
	<u>749.223,50</u>	<u>39.325,00</u>	<u>-228.591,88</u>	<u>0,00</u>	<u>-255,21</u>	<u>559.701,41</u>

	2015					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Passagem do tempo	Utilizações	Saldo final
Impostos	20.625,19		-861,91			19.763,28
Garantias a clientes						0,00
Processos judiciais em curso						0,00
Acidentes de trabalho						0,00
Matérias ambientais (Nota __)						0,00
Reestruturações						0,00
Fundo de Garantia	259.006,45	53.467,50	-47.816,32		-2.515,71	262.141,92
Projectos Aprovados Micro-Crédito	467.318,30					467.318,30
	<u>746.949,94</u>	<u>53.467,50</u>	<u>-48.678,23</u>	<u>0,00</u>	<u>-2.515,71</u>	<u>749.223,50</u>

A diminuição de 226.211,71 euros em Reversões de provisões do Fundo de Garantia, registada no período corrente, está de acordo com os pressupostos enunciados pela Direcção e apresentados em Assembleia-geral e resulta da reavaliação das responsabilidades assumidas perante as Instituições Financeiras.

*B. F. C. S. L.*

## 10. ACTIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

As categorias de activos correntes e não correntes em 2016 e 2015 são detalhadas conforme se segue:

	2016			2015		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Investimentos financeiros						
Fundos de compensação do trabalho	160,49		160,49	74,87		74,87
Correntes:						
Outros activos correntes	14.042,63		14.042,63	13.458,36		13.458,36
			0,00			0,00
	14.042,63	0,00	14.042,63	13.458,36	0,00	13.458,36

## 11. DIFERIMENTOS

Em 2016 e 2015 as rubricas de "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
<b>Gastos a Reconhecer:</b>		
Rendas	1098,09	2446,42
Seguros Ac. Trabalho	860,69	0,00
<b>Total Diferimentos Activos</b>	<b>1.958,78</b>	<b>2.446,42</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer:</b>		
Quotas Período Seguinte	120,00	240,00
<b>Total Diferimentos Passivos</b>	<b>120,00</b>	<b>240,00</b>

## 12. FUNDOS PATRIMONIAIS

### Reservas

Em 2016 o montante das reservas ascendia a 33.144,91 euros.

### Resultados transitados

No decurso do exercício findo em 2016, o resultado transitado apresentava o montante de (5.779,22) euros.

### Fundos Patrimoniais

No final do exercício de 2016, os fundos patrimoniais apresentavam um saldo positivo de 45.467,61 euros

*Revisão*

### 13. PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

#### Fornecedores e outros passivos correntes

Em 2016 e 2015 a rubrica de "Fornecedores" e de "Outros passivos correntes" apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores	1.582,38	615,00
	<u>1.582,38</u>	<u>615,00</u>
Outras passivos correntes		
Responsabilidade para férias e sub. férias	26.869,31	37.716,18
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Prof.	0,00	9.545,45
Outros	65,67	15.937,64
	<u>26.934,98</u>	<u>63.199,27</u>

### 14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2016 e 2015 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		0,00		0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		4.402,37		2.968,45
Imposto sobre o valor acrescentado		0,00		0,00
Contribuições para a Segurança Social		4.871,80		623,98
Outros Impostos				
	<u>0,00</u>	<u>9.274,17</u>	<u>0,00</u>	<u>3.592,43</u>

Não existem quaisquer dívidas em situação de mora quer à Fazenda Pública, quer à Segurança Social ou a quaisquer outros Entes Públicos.

### 15. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Associação em 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Venda de bens		
Prestação de serviços	6.960,00	7.080,00
Rendimentos de propriedades de investimento		
Contratos de construção		
Royalties		
Juros obtidos	12.498,01	16.974,80
Dividendos		
...		
	<u>19.458,01</u>	<u>24.054,80</u>

*F. C. d. l.*

## 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
<b>Serviços Especializados</b>		
Trabalhos Especializados	32.176,63	44.649,66
Publicidade de Propaganda	0,00	538,74
Vigilância e Segurança	62,73	0,00
Honorários	0,00	0,00
Conservação e Reparação	1.410,65	397,70
Outros	0,00	0,00
<b>Sub-Total</b>	<b>33.650,01</b>	<b>45.586,10</b>
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	104,29	181,19
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	2.666,24	2.244,41
Artigos para Oferta	50,00	105,21
Outros	209,45	99,25
<b>Sub-Total</b>	<b>3.029,98</b>	<b>2.630,06</b>
<b>Energia e Fluidos</b>		
Electricidade	2.482,75	2.208,69
Combustíveis	7.359,16	10.718,13
Água	511,67	585,95
Outros	0,00	0,00
<b>Sub-Total</b>	<b>10.353,58</b>	<b>13.512,77</b>
<b>Deslocações Estadas e Transportes</b>		
Deslocações e Estadas	11.041,11	14.132,66
Transportes de Pessoal	0,00	0,00
Transporte de Mercadorias	0,00	0,00
<b>Sub-Total</b>	<b>11.041,11</b>	<b>14.132,66</b>
<b>Serviços Diversos</b>		
Rendas e Alugueres	41.932,35	47.725,91
Comunicação	21.675,37	29.609,78
Seguros	3.355,69	4.094,93
Contencioso e Notariado	0,00	0,00
Despesas de Representação	627,46	860,59
Limpeza, Higiene e Conforto	634,29	662,89
Outros Serviços	2.711,42	10.950,81
<b>Sub-Total</b>	<b>70.936,58</b>	<b>93.904,91</b>
<b>Total</b>	<b>129.011,26</b>	<b>169.766,50</b>

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
 11/14

*Revisão Anual*

## 17. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	258.283,26	261.469,18
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida		
Benefícios definidos		
Indemnizações	35.102,59	20.000,00
Encargos sobre remunerações	57.450,21	50.113,20
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	3.420,43	3.344,35
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros	2.184,02	2.039,66
	<u>356.440,51</u>	<u>336.966,39</u>

## 18. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Activos fixos tangíveis	1.243,10	1.401,75
Propriedades de investimento		
Intangíveis	8.904,12	8.688,70
Activos biológicos		
	<u>10.147,22</u>	<u>10.090,45</u>

## 19. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares:		
Royalties		
Rendimentos de propriedades de investimento		
Outros rendimentos suplementares	199,76	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos:		
Apropriação de resultados de subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos		
Ganhos na alienação de interesses em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros		
Quotas Exercícios Anteriores	2.100,00	2.020,00
Consignação de IRS	3.871,53	3.836,80
Outros	1.027,45	687,29
	<u>7.198,74</u>	<u>6.544,09</u>

*F. C. Silva*

## 20. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 2016 e 2015 é conforme se segue:

	2016	2015
Impostos	1.077,26	1.818,29
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos:		
Apropriação de resultados de subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos		
Perdas na alienação de interesses em subsidiárias, assoc. e emp. conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Quotizações	700,00	700,00
Regularização do subsídio IEFP	0,00	38.210,92
Regularização do programa POPH	0,00	946,05
Outros	200,01	289,49
	<u>1.977,27</u>	<u>41.964,75</u>

## 21. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante o exercício findo em 2016 a Associação contabilizou os seguintes subsídios:

Subsídio	Montante total	Montante por receber	Rédito do período
Subsídios à exploração:			
IEFP 2016	295.909,09	0,00	295.909,09
Donativos em Dinheiro	970,00	0,00	970,00
Donativos Pro-bono	6.000,00	0,00	6.000,00
	<u>302.879,09</u>	<u>0,00</u>	<u>302.879,09</u>
Subsídios relacionados com activos:			
--			
--			
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>302.879,09</u>	<u>0,00</u>	<u>302.879,09</u>

## 22. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	2016	2015
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	12.498,01	16.974,80
Outras aplicações em meios financeiros líquidos		
Financiamentos concedidos a subsidiárias		
Financiamentos concedidos a associadas e entidades conjuntamente controladas		
Outros financiamentos concedidos		
Outros	12.498,01	16.974,80
Dividendos obtidos		
Aplicações em meios financeiros líquidos		
Subsidiárias		
Associadas e entidades conjuntamente controladas		
Outras entidades	0,00	0,00
Outros rendimentos similares		
	<u>12.498,01</u>	<u>16.974,80</u>

*as*  
13/14  
*F. C. Silva*

## 23. PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS E DIREITOS E COMPROMISSOS FUTUROS

Pagamentos e recebimentos			
Mapa de recebimentos e pagamentos - Ano 2016			
Recebimentos		Pagamentos	
1 - Recebimentos atividade		1 - Funcionamento	
Jóias e quotas	8.740,00	Pessoal	377.758,98
Atividades	0,00	Seguros	3.355,69
Doações	970,00	Rendas	29.224,85
Subsídios	286.363,63	Manutenção	703,40
Outros	4.501,01	Água, electricidade e gás	2.792,11
<b>2 - Recebimentos Comerciais</b>		Representação e deslocações	11.885,07
<b>3 - Recebimento de Capitais</b>		Comunicações	21.313,05
Juros obtidos líquidos	9.373,51	Mat. de escritório e trabalhos especializados	12.888,93
<b>4 - Recebimentos Prediais</b>		Higiene, segurança e conforto	0,00
		Despesas específicas das atividades	3.610,14
		Outras	37.606,30
		<b>2 - Investimentos</b>	
		Aquisição de equipamentos	0,00
		Aquisição ou construção de instalações	0,00
		Outras	0,00
<b>Total</b>		<b>Total</b>	<b>501.138,52</b>
<b>309.948,15</b>			

Saldo do ano anterior	813.679,49
Receitas	309.948,15
Despesas	501.138,52
Saldo para o ano seguinte	622.489,12

## 24. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O Contabilista Certificado



A Direcção

